

AJ12518 Governo anuncia intenção de continuar a 3ª ponte

Brasília (de Luiz Malta Coelho — Correspondente) — O governo do Espírito Santo pretende dar continuidade às obras da terceira ponte, ligando Vitória ao continente, e, para isso, está disposto a se responsabilizar pela execução do projeto e também pelo pagamento do principal da dívida com a construção.

Essa foi a proposta levada pelo senador José Ignácio — e assinada por todos os membros da bancada federal do PMDB — ao chefe do gabinete civil da presidência da República, ministro Leitão de Abreu, no final da tarde de segunda-feira, com o pedido para ele encaminhá-la e defendê-la junto ao presidente João Figueiredo.

EMPREGOS

O senador José Ignácio, encarregado pelo governador Gerson Camata e pela bancada federal do PMDB do Espírito Santo de levar a proposta ao governo federal, disse ao ministro Leitão de Abreu que, além da real necessidade da construção da ponte, a obra mobilizaria cerca de 5 mil empregos, possibilitando resolver, em parte, o problema social que já começa a surgir com a conclusão dos grandes projetos industriais no Estado.

O senador capixaba falou ao ministro que o Espírito Santo está vivendo uma situação que tem raízes desde a década de 70, com a execução de grandes projetos, como a construção da Aracruz Celulose e seu porto de exportação, a usina de peletização de Ubú, em Anchieta, várias usinas no Porto de Tubarão, a expansão do porto de Vitória, e a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Essas obras, segundo disse o parlamentar ao ministro, carregaram mão-de-obra em grande quantidade, não somente do Espírito Santo mas também, e principalmente, de outros Estados. Com a ultimização dessas obras, está havendo uma desmobilização de mão-de-obra, e “nos coloca diante de uma eminência de convulsão social, uma vez que essa mão-de-obra não está sendo atraída para outros centros”.

O senador José Ignácio acha que, diante da crise nacional de desemprego, a construção civil seria o meio mais rápido e eficaz de aproveitamento da mão-de-obra desmobilizada, e a construção de uma obra pública, com o porte da terceira ponte, propiciaria um aproveitamento ainda maior e

mais rápido da mão-de-obra.

Segundo o senador peemedebista, o projeto da terceira ponte, que a princípio poderia ser considerado como faraônico, além do problema social que resolverá, com o aproveitamento da mão-de-obra, desmobilizada, proporcionará economia de combustível com o encurtamento das distâncias entre o centro industrial e a região sul da Grande Vitória, evitando o congestionamento do trânsito no centro da cidade.

Além disso, a construção da terceira ponte poderá propiciar maior desenvolvimento ao sul da cidade, principalmente na região situada entre Vila Velha e Guarapari, contribuindo, conseqüentemente, para a criação de novos empregos.

PROPOSTA

Segundo a proposta do governo capixaba levada ao governo federal pelo senador José Ignácio, ao Estado caberá a responsabilidade pela execução do projeto e pelo pagamento do principal da dívida, e, em compensação, será beneficiado pelo recebimento do pedágio da ponte.

A união, em contrapartida, caberá autorizar e avalizar o empréstimo externo ao governo do Espírito Santo e a responsabilidade de pagar todo o serviço da dívida.

Após a audiência, o senador Ignácio revelou que o ministro Leitão de Abreu mostrou-se sensível à proposta capixaba, principalmente pelo aspecto de resolução do problema social, no momento em que o país se encontra em crise de desemprego, comprometendo-se a levá-la ao presidente Figueiredo.

O ministro levou o senador até a saída do gabinete, tendo José Ignácio feito um pedido especial, de não se esquecer do Espírito Santo, e, em particular, do governador Gerson Camata ao que Leitão de Abreu respondeu que “esse é um assunto sob o qual eu já reflito antes mesmo das eleições”.

HABITAÇÃO

No dia 1º de junho, José Ignácio foi recebido pelo ministro Andreazza, quando entregou-lhe um documento assinado por todos os parlamentares capixabas, de ambos os partidos, no Congresso Nacional, reivindicando a liberação de verbas para a construção civil no Estado, como forma de combater o desemprego